

Ata ordinária 04/2020 – Conselho Municipal Fiscal

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, realizada no dia 06 de abril de 2020.

Aos seis (06) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte (2020), às 19h, reuniu-se, de forma não presencial, mas através do aplicativo ZOOM (<https://us04web.zoom.us/j/580964201>), o Conselho Fiscal da Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores – AMPASS. Presentes: os conselheiros Sra. Carmen Sofia C. do Nascimento, representante da CGM; sr. Clínio Francisco de Oliveira, representante do SINDSEPRE; sr. Carlos Elias Andrade, representante do SIMPERE; sr. Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho, representante da SEFIN, sr. Rodrigo Mota de Farias, representante da SEGOV e o sr. Petrônio Lira Magalhães, representante da AFREM Sindical e presidente deste Conselho. Presentes também o sr. José Marcos Alves de Barros, Gerente Geral de Investimentos da AMPASS, o sr. Andreson Oliveira, chefe da Divisão de Investimentos da AMPASS, o sr. Paulo José Barbosa, servidor lotado na Divisão de Investimentos da AMPASS, e a Sra. Sra. Juliana Giestosa, gestora da Unidade de Controle Interno da AMPASS. O presidente do Conselho Fiscal abriu a reunião e confirmou com os presentes, o que já era de conhecimento de todos, que a reunião se dava de forma não presencial devido ao isolamento social estabelecido em consequência da pandemia gerada pelo coronavírus. Em seguida passou a palavra ao sr. José Marcos que iniciou a apresentação da carteira de investimentos do fundo RECIPIREV mostrando os efeitos da crise financeira, decorrentes da pandemia, na rentabilidade dos investimentos. A posição da carteira, em valor de mercado, era de R\$ 2,442 bilhões, em 31/12/2019, e caiu para R\$ 2,137 bilhões, em 31/03/2020 (ainda não fechada), configurando uma queda superior a R\$ 300 milhões. Quando medido pela curva de juros, o valor da carteira em 31/03/2020 era de R\$ 2,087. O conselheiro Petrônio Magalhães lembrou que não se trata necessariamente de uma perda porque a Reciprev não deve realizar tais prejuízos, ou seja, não deve vender os papéis que estão em baixa, o que foi confirmado por José Marcos, que lembrou também que há fortes variações diárias na bolsa de valores, e que grande parte dos investimentos têm rentabilidade assegurada se resgatados no prazo contratual. O conselheiro Márcio Carvalho perguntou se houve migração de investimentos de Renda Fixa para Renda Variável em 2020, e o sr. José Marcos respondeu que não, mas que houve apenas mudanças de fundos entre Banco de Brasil e Caixa Econômica Federal. Dando continuidade à apresentação, o sr. José Marcos mostrou que no período de janeiro/2014 a fevereiro/2020 a carteira teve desempenho superior à meta, atingindo 105,45% dela quando medida pela curva de juros, e 113,02% quando marcada a mercado; porém, ao incluir o mês de março/2020, os desempenhos da carteira não atingiram a meta, ficando em 81,51% e 86,27% respectivamente. O sr. José Marcos informou que, apesar da desvalorização ocorrida, não houve alteração nos riscos da carteira entre os meses de janeiro a março de 2020. O conselheiro Carlos Elias questionou se a volatilidade da carteira, considerada alta pelos gestores, não representava risco de perda de investimentos. O sr. José Marcos explicou que a volatilidade interfere na medição do valor de mercado da carteira, mas a Reciprev não consome perdas e parte dessa volatilidade se deve a papéis de longo prazo do governo federal, cujo resgate deverá ocorrer nos respectivos vencimentos com 100% da rentabilidade contratada. O conselheiro Carlos Elias perguntou ainda se a volatilidade também era alta nos investimentos de Renda Fixa. O sr. José Marcos respondeu que sim, que qualquer título de longo prazo tem volatilidade alta, mesmo os fundos de renda fixa compostos por títulos do governo federal. Sobre isso, o sr. Andreson Oliveira pediu a palavra para informar que para reduzir os riscos da carteira, os gestores estão diminuindo as aplicações em papéis de longo prazo (exceto os do governo federal), chegando a zerar alguns, tanto em renda fixa quanto em renda variável, acrescentando, inclusive, que o fundo de maior *duration* da carteira foi zerado. O conselheiro Márcio Carvalho perguntou se houve transferência de investimos nesse ano, saindo da renda fixa para a renda varável. O sr. José Marcos informou que iniciou o ano de 2020 com 31% dos investimentos em renda variável e que não houve transferência de investimentos da renda fixa para a variável, apenas algumas mudanças de fundos do Banco do Brasil para a Caixa. O sr. José Marcos informou que o mercado americano desvalorizou, em média, 14% neste ano e que no Brasil essa desvalorização chegou aos 35%; e que a carteira Reciprev desvalorizou 12,51%, enquanto a meta até março é de valorização de 2%. Quase todos os fundos de renda fixa tiveram

rentabilidade negativa, exceto aqueles marcados na curva. O sr. Carlos Elias disse que, devido a essas rentabilidades negativas, não se deveria sustentar previdência com investimentos e que o modelo de previdência do Recifin seria mais apropriado se os servidores continuassem entrando nele. O Sr. José Marcos informou que de 2014 para cá, houve rendimentos de 773 milhões e que no ano passado o fundo estava com mais de R\$ 200 milhões acima da meta e neste ano a carteira está abaixo da meta. Todo esse superávit foi perdido no decorrer deste ano, porém, frisou que não considera perda pois o mercado muda todo dia e a Reciprev não consuma perda. O Sr Anderson lembrou ao conselheiro Carlos Elias e aos demais que, se desde 2014 a Reciprev não tivesse investido os recursos previdenciários, não teria havido a entrada de R\$ 773 milhões. O sr. Carlos Elias informou que não está convencido de que esse modelo previdenciário seja o ideal. O conselheiro Petrônio Magalhães perguntou se há intenção da Secretaria de Previdência em reduzir as metas atuariais, hoje em 5,87% ao ano para a Reciprev, percentual esse que se tornou praticamente impossível de se alcançar com uma Selic em torno de 4% ao ano. O Sr. José Marcos informou que nos meses de abril uma Portaria da Secretaria é publicada uma portaria com meta para o ano seguinte e que esta se baseia na média da rentabilidade dos 5 últimos anos dos títulos públicos de longo prazo. Finalizando a apresentação, o sr. José Marcos informou que os cenários de investimentos ainda estão muito difusos pois há muitos fatores que podem influenciar na economia do país e do mundo e, conseqüentemente, no mercado financeiro. Entre os fatores, elencou: “Até quando será mantido o isolamento social no Brasil e em diversos outros países?”; “Quais as conseqüências futuras na economia mundial e em especial nos emergentes?”; “Impactos futuros nas contas públicas em decorrência dos endividamentos dos governos para contenção do Corona Vírus?”; “Haverá grande número de demissões mesmo com as medidas adotadas?”; “ Haverá uma “quebradeira” em qual grau das micros, pequenas e médias empresas mesmo com as medidas adotadas?”. O sr. José Marcos informou que há um projeto de lei no Senado Federal que suspende a exigência de recolhimento das contribuições previdenciárias patronais dos municípios nos meses de março, abril e maio, podendo ser prorrogado enquanto durar o estado de calamidade pública por conta da pandemia do coronavirus. Informou ainda que a Associação Nacional de Entidades de Previdência de Estados e Municípios (Aneprem) enviou um ofício ao presidente, senador Davi Alcolumbre, na qual se diz contrária à suspensão da contribuição patronal, uma vez que a medida pode ameaçar os já deficitários sistemas previdenciários. O conselheiro Clínio Oliveira questionou se seria possível a prefeitura continuar efetuando as contribuições patronais no caso de aprovação da lei. O conselheiro Márcio Carvalho respondeu que nesse caso será uma decisão do prefeito. Por fim, o presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Petrônio Lira Magalhães, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais componentes do Conselho Fiscal da AMPASS.

Petrônio Lira Magalhães

Carlos Elias Andrade

Carmen Sofia C. do Nascimento

Clínio Francisco de Oliveira

Márcio Gustavo Tavares Gouveia de Carvalho

Rodrigo Mota de Farias



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 25/05/2020 às 12:30:20 (GMT -3:00)

Ata ordinária 2020-04.docx

ID única do documento: #92a05f48-575a-4ccb-9335-17647204125a

Hash do documento original (SHA256): 8c9e2cf1dd6861a3e50ddbec51c6d3f05c1eba26a73feef539fc099988ccdfa5

Este Log é exclusivo ao documento número #92a05f48-575a-4ccb-9335-17647204125a e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (5)

- ✓ **Petrônio Lira Magalhães (Participante)**
Assinou em 25/05/2020 às 12:44:47 (GMT -3:00)
- ✓ **Clínio (Participante)**
Assinou em 25/05/2020 às 12:54:42 (GMT -3:00)
- ✓ **Rodrigo (Participante)**
Assinou em 25/05/2020 às 13:27:47 (GMT -3:00)
- ✓ **Márcio (Participante)**
Assinou em 25/05/2020 às 13:35:36 (GMT -3:00)
- ✓ **Carmen Sofia (Participante)**
Assinou em 26/05/2020 às 12:15:11 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora

25/05/2020 às 12:30:21
(GMT -3:00)

25/05/2020 às 13:27:47
(GMT -3:00)

Evento

Petrônio Lira Magalhães solicitou as assinaturas.

Rodrigo E-mail rodrigo.farias1102@gmail.com, IP: 189.94.129.104 assinou.

Data e hora

25/05/2020 às 13:35:36
(GMT -3:00)

25/05/2020 às 12:44:47
(GMT -3:00)

25/05/2020 às 12:54:42
(GMT -3:00)

26/05/2020 às 12:15:11
(GMT -3:00)

Evento

Márcio E-mail marciogg@recife.pe.gov.br, IP: 179.154.228.21 assinou.

Petrônio Lira Magalhães E-mail petronio.lm@recife.pe.gov.br, IP:
177.17.111.218 assinou.

Clínio E-mail clinio.oliveira@hotmail.com, IP: 186.251.95.34 assinou.

Carmen Sofia E-mail carmen.sofia@recife.pe.gov.br, IP: 191.179.112.189
assinou.